

## PORTARIA Nº 4.988, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 7847/2022, resolve:

DESIGNAR, a contar da publicação, a servidora LIA CRISTINA CESCA (99350), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de ASSESSOR-CHEFE-CJ3 do Gabinete do Exmo. Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira, nos impedimentos legais do titular.

Des. RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

## ATO Nº 477, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, no exercício da presidência e no uso de suas atribuições legais e regimentais, de conformidade com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112/90, Proad 18124/2022; resolve:

Exonerar o servidor RAFAEL BARATA SILVA, do Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA (CJ03) do quadro único de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região com lotação na VARA DO TRABALHO DE SENHOR DO BONFIM, a partir de 24/10/2022.

Des. ALCINO FELIZOLA

## ATO Nº 478, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, no exercício da presidência e no uso de suas atribuições legais e regimentais, de conformidade com o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112/90, Proad 18124/2022; resolve:

Nomear o servidor RAFAEL BARATA SILVA para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA (CJ03) do quadro único de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região com lotação na 01ª VARA DO TRABALHO DE ALAGOINHAS, na vaga decorrente da exoneração da servidora KATIA SELENEH SOUZA DE ARAÚJO.

Des. ALCINO FELIZOLA

## ATO Nº 479, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, no exercício da presidência e no uso de suas atribuições legais e regimentais, de conformidade com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112/90, Proad 18124/2022; resolve:

Exonerar a servidora KATIA SELENEH SOUZA DE ARAÚJO, do Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA (CJ03) do quadro único de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região com lotação na 01ª VARA DO TRABALHO DE ALAGOINHAS, a partir de 24/10/2022.

ALCINO FELIZOLA

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

## DIRETORIA-GERAL

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

## ATO TRT6 - GP Nº 469, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112/90, bem como o contido nos PROAD's n. 18073/2022, 17675/2022, 19269/2022 e 19272/2022, resolve:

I - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP n. 439/2022, publicado no Diário Oficial da União de 10/10/2022, seção 2, página 70, referente à nomeação da candidata AMANDA NECO DE SOUSA, classificada em 79º lugar, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade, em virtude da perda do prazo para a posse;

II - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP n. 440/2022, publicado no Diário Oficial da União de 10/10/2022, seção 2, página 71, referente à nomeação da candidata RENATA CERQUEIRA NABUCO OLIVEIRA, classificada em 83º lugar, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade, em virtude de desistência expressa em tomar posse no referido cargo;

III - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP n. 451/2022, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2022, seção 2, página 63, referente à nomeação do candidato THIAGO JACINTO SILVA DOS SANTOS, classificado em 23º lugar da lista de reclassificação de candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as), para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade, em virtude de desistência expressa em tomar posse no referido cargo. Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO

## ATO TRT6 - GP Nº 470, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o art. 96, alínea "e", da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I, e 10º, todos da Lei nº 8.112/90, CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOP n. 59/2020, que veda os proventos de cargos efetivos que aumentem as despesas de pessoal da Justiça do Trabalho, CONSIDERANDO que o provimento de cargo decorrente de vacância por posse em outro cargo público inacumulável não gera nova despesa para a Administração, CONSIDERANDO a desistência expressa de candidata nomeada, conforme o contido no ATO TRT6-GP n. 469/2022, CONSIDERANDO o Edital de cessação dos efeitos da suspensão do prazo de vigência do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 15 de dezembro de 2020, na Seção 3, do Diário Oficial da União, CONSIDERANDO o Edital de prorrogação do prazo de validade do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 18 de dezembro de 2020, na Seção 3, do Diário Oficial da União, resolve:

NOMEAR a candidata abaixo indicada, aprovada no concurso público promovido por este Tribunal em 2018, para exercer o cargo efetivo a seguir referido, integrante do Quadro de Pessoal Permanente deste Regional, observando-se a ordem de classificação: TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA (sem especialidade), CLASSE "A", PADRÃO 1, NÍVEL INTERMEDIÁRIO VERÔNICA DE ARAUJO FIGUEIREDO, classificada em 86º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 8.983/1995, publicada em 06/02/1995, vago em decorrência da posse em outro cargo inacumulável da servidora MARIA EDUARDA SILVA MELO, número da vaga 910, nos termos da Portaria TRT6 SGEF n. 131/2022, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, em 16/09/2022, bem como em razão das desistências expressas das candidatas Erica Emanuelle Brito de Sousa (62º lugar) e Amanda Neco de Sousa (79º) bem como dos candidatos Márcio Paulo Veloso Ferreira (74º lugar), João Marcos Ribeiro Martins (75º lugar), Alan Vinicius Vicente (76º lugar), Renan Sampaio da Costa (77º) e Lucas Drummond de Rodrigues (85º), ficando lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas aguardando lotação definitiva. Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação. Publique-se no Diário Oficial da União.

MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO

## ATO TRT6 - GP Nº 471, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o art. 96, alínea "e", da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I, e 10º, todos da Lei nº 8.112/90, CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SG.PES n. 87/2022, que autoriza o provimento de cargos na Justiça do Trabalho, conforme consta do Anexo Único do mencionado documento, de acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2022, CONSIDERANDO a desistência expressa de candidata nomeada, conforme o contido no ATO TRT6-GP n. 469/2022, CONSIDERANDO o Edital de cessação dos efeitos da suspensão do prazo de vigência do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 15 de dezembro de 2020, na Seção 3, do Diário Oficial da União, CONSIDERANDO o Edital de prorrogação do prazo de validade do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 18 de dezembro de 2020, na Seção 3, do Diário Oficial da União, resolve:

NOMEAR a candidata abaixo indicada, aprovada no concurso público promovido por este Tribunal em 2018, para exercer o cargo efetivo a seguir referido, integrante do Quadro de Pessoal Permanente deste Regional, observando-se a ordem de classificação: TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA (sem especialidade), CLASSE "A", PADRÃO 1, NÍVEL INTERMEDIÁRIO EMMANUELE BANDEIRA DE MORAES COSTA, classificada em 88º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 7.119/1983, publicada no Diário Oficial da União em 31/08/1983, vago em decorrência do falecimento da servidora JACQUELINE JARDIM FERRAZ, número da vaga 1314, nos termos da Portaria SGEF n. 310/2018 e ATO TRT-GP n. 19/2019, publicados no Diário Oficial da União, Seção 2, em 10/12/2018 e 14/01/2019, respectivamente, bem como em razão das desistências expressas manifestadas pelos candidatos Filipe Spenser Dowsley (80º), Marcos Vinicius Costa Domingues da Silva (81º) e Thadeu Ribeiro Pereira (87º) e das candidatas Emilene Ribeiro Queiroz Nunes (82º) e Renata Cerqueira Nabuco Oliveira (83º), ficando lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas aguardando lotação definitiva. Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação. Publique-se no Diário Oficial da União.

MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO

## ATO TRT6 - GP Nº 472, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o art. 96, alínea "e", da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I, e 10º, todos da Lei nº 8.112/90, CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOP n. 59/2020, que veda os proventos de cargos efetivos que aumentem as despesas de pessoal da Justiça do Trabalho, CONSIDERANDO que o provimento de cargo decorrente de vacância por posse em outro cargo público inacumulável não gera nova despesa para a Administração, CONSIDERANDO a desistência expressa de candidato nomeado, conforme o contido no ATO TRT6-GP n. 469/2022, CONSIDERANDO o Edital n. 25/2022, que trata da reclassificação de Candidatos(as) Autodeclarados(as) Negros(as) aprovados(as) para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, publicado no Diário Oficial da União, seção 3, na edição de 31/01/2022, CONSIDERANDO o Edital de cessação dos efeitos da suspensão do prazo de vigência do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 15 de dezembro de 2020, na Seção 3, do Diário Oficial da União, CONSIDERANDO o Edital de prorrogação do prazo de validade do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 18 de dezembro de 2020, na Seção 3, do Diário Oficial da União, resolve:

NOMEAR o candidato abaixo indicado, aprovado no concurso público promovido por este Tribunal em 2018, para exercer o cargo efetivo a seguir referido, integrante do Quadro de Pessoal Permanente deste Regional, observando-se a ordem de classificação: TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA (sem especialidade), CLASSE "A", PADRÃO 1, NÍVEL INTERMEDIÁRIO MARCONI JOSÉ DE SOUZA DA CUNHA, classificado em 24º lugar da lista de reclassificação de candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as), com amparo na Lei nº 12.990, de 09/06/2014, e nos termos da Resolução CNJ n. 203/2015, alterada pela Resolução CNJ n. 457/2022, de 27/04/2022, para o cargo criado pela Lei nº 8.432/1992, publicada em 12/06/1992, vago em decorrência da posse em outro cargo inacumulável do servidor ALEXANDRE LIMA BARBOSA DE ALBUQUERQUE, número da vaga 1050, nos termos da Portaria TRT6 SGEF n. 140/2022, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, em 05/10/2022, bem como em razão das desistências expressas manifestadas pela candidata Paula Cristina Barreto Rehem e pelos candidatos Rennan Fernandes de Souza e Thiago Jacinto Silva dos Santos, classificados(as) em 20º, 22º e 23º lugares, nessa ordem, daquela mesma lista classificatória, ficando lotado na Secretaria de Gestão de Pessoas aguardando lotação definitiva. Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

## ATO TRT7.GP Nº 167, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os artigos 9º, inciso II, da Lei nº 8.112/90, com a nova redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97, e art. 93 do Regimento Interno, com a nova redação dada pela Resolução nº 201/2016, e tendo em vista a Resolução PROAD nº 4320/2022, resolve:

Nomear ANDRÉ LUIZ FIRMINO GONZAGA - Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Engenharia Elétrica do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para exercer o cargo em comissão CJ1, com atribuições de Diretor da Divisão de Manutenção, integrante do Quadro Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, oriundo do Ato nº 163/2022 da Presidência deste Tribunal.

Desª. REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## ATOS CPV DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante do PROAD n.º 3406/2017, resolve:

Nº 179 - Nomear, nos termos dos artigos 9º, item I, e 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Técnica Judiciária, área Administrativa, classe A, padrão 01, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, as seguintes candidatas:

AILANA SABBADINI MIRANDA, em vaga decorrente de aposentadoria de Katia Maria Viola Conegero Tirolo;  
TANIA MARA DE ANDRADE RODRIGUES, em vaga decorrente de aposentadoria de Maria Sonia Faria.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do PROAD n.º 25364/2022, resolve:

Nº 180 - Nomear RAFAEL ALVES GRAVENA, nos termos dos artigos 9º, item I, e 10, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Analista Judiciário, área Administrativa, classe A, padrão 01, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, em vaga decorrente de aposentadoria de Monica de Oliveira Jurgensen.



A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do PROAD n.º 25371/2022, resolve:

Nº 181 - Nomear FLAVIA DE MATOS RODRIGUES, nos termos dos artigos 9º, item I, e 10, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Analista Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade História, classe A, padrão 01, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, em vaga decorrente da transformação do cargo de Analista Judiciário, área Administrativa, anteriormente ocupado por Eliani Gomes Costa Gaspar, aposentada a partir de 22/05/2017, em cargo de Analista Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade História, conforme Ato Regulamentar GP n.º 7, de 19 de agosto de 2021.

ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA  
DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENADORIA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA

PORTARIA CPV Nº 811, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEG P nº 01/2019, e tendo em vista o que consta do PROAD n.º 23395/2022, resolve:

Dispensar, a partir de 27 de setembro de 2022, GUSTAVO DE MELO BRILHANTE, Técnico Judiciário, área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, da função comissionada de Assistente FC-02, na Seção de Pagamento de Servidores, da Secretaria de Gestão de Pessoas.

CAROLINA MAGALHÃES SERNE CARNEVALLI

PORTARIA CPV Nº 816, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEG P nº 01/2019, e tendo em vista o que consta do PROAD n.º 26573/2022, resolve:

Dispensar, a partir de 25 de outubro de 2022, ALEXANDRA CUNHA MARTINS COTTA, Servidora Pública Federal, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, removida para este Tribunal, da função comissionada de Executante FC-01, na 3ª Vara do Trabalho de Bauru, em virtude de retorno ao órgão de origem.

CAROLINA MAGALHÃES SERNE CARNEVALLI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

ATO TRT/SGH/DG/GP Nº 81, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no Regimento Interno; Considerando os termos do PROAD n. 8.077/2022, que trata de pedido de vacância da servidora CAMILLA CRISTHIANE DE ALMEIDA LAGE BALESTRASSI, por motivo de posse em outro cargo incompatível, resolve:

Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora CAMILLA CRISTHIANE DE ALMEIDA LAGE BALESTRASSI, por motivo de posse em outro cargo público incompatível, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei n. 8.112/90, a contar de 17/10/2022.

PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA COREN-DF Nº 461, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, no uso de suas competências legais, em conformidade com a Lei n. 5.905/1973 e com o Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Coren-DF n. 114/2012.

Considerando a Decisão Coren-DF n. 001/2021 que proclama o resultado da eleição interna e posse dos membros da Diretoria do Coren-DF para o mandato 2021/2023;

Considerando a Relação de Centro de Custos, Código n. 06 (AD 06-Despesas Administrativas);

Considerando a deliberação na 553 Reunião Ordinária do Plenário para abertura de procedimento administrativo para subsidiar a contratação de empresa para realização de concurso público;

Considerando a instauração do Processo Licitatório n. 200/2022 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público para este Regional;

Considerando a necessidade de instituir Comissão Interna responsável pela organização, acompanhamento e fiscalização de todas as fases do concurso público em conjunto com a empresa contratada;

Considerando que a referida Comissão será responsável ainda por implementar e acompanhar todas as ações necessárias a realização do certame, além de detalhar os cargos, requisitos, etapas, número de vagas e outras informações essenciais, resolve:

Art. 1 - Designar os seguintes funcionários para comporem a Comissão Organizadora de Concurso Público do Coren-DF: A Sra. Eliane Gonçalves de Oliveira, Mat. 033, atuando como Presidente e demais membros: Sr. Benjamim Rodrigues da Cunha Junior, Mat. 204, Sra. Aida dos Santos Oliveira, Mat. 039 e Sra. Rosângela Oliveira de Almeida, Mat. 188.

Art. 2 - Conceder prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação da Presidente da Comissão.

ELISSANDRO NORONHA DOS SANTOS

### CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

PORTARIA CREFITO-11 Nº 75, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO DF/GO - CREFITO 11, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal 6.316/75, de 17 de dezembro de 1975, resolve:

Art. 1º Nomear Maria do Socorro Torres Frazão para a função de Chefe do Departamento de Controle Contábil Financeiro- Nível VI. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO GOMES DE ANDRADE

## Editais e Avisos

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL SGA/AGU Nº 14, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 210, de 28 de março 2019, do Advogado-Geral da União, tendo em vista o resultado do concurso público para provimento de vagas nos cargos de nível superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo- PGPE, homologado pelo Edital nº 18, de 1º de agosto de 2019, da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União, publicado no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2019, Edição nº 150, Seção 3, bem como a autorização para nomeação contida na Portaria nº 1.995, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, de 12 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2019, Edição nº 179, Seção 1, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00404.002288/2019-22, resolve deferir o pedido do candidato relacionado no Anexo deste ato, que solicitou desistência no referido concurso.

IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI

ANEXO

CARGO EFETIVO	COLOCAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO	NOME	CPF	CONCORRÊNCIA	LOTAÇÃO	EXERCÍCIO	CÓDIGO DA VAGA
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO	25º	RODRIGO LOPES DUARTE	***247.664**	AMPLA	Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU)	Gabinete da Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU)	886871

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

EDITAL Nº 9, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022  
SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições estabelecidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45/SGDD/SEDGGD/MÉ, DE 15 DE JUNHO DE 2020, resolve:

1. Tornar pública a relação dos aposentados e/ou pensionistas que terão o pagamento do provento e/ou benefício de pensão suspenso por motivo de não atendimento à convocação e respectiva notificação para realizar o cadastramento anual, no mês do aniversário: JULHO/2022.

CPF	NOME
376.719.444-91	ANA ROSA ALECIO DE OLIVEIRA
310.280.637-68	HELOISA RACHEL SAMENTO CAVALCANTI DE GUSMÃO
662.809.164-68	IRACY MARQUES DE ALBUQUERQUE
139.865.114-15	JOAS FERREIRA TAVARES
061.623.554-20	JOSE WANDERLEY NEO

540.003.194-34	MARIA DE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA
057.607.074-26	NILZA COSTA ALCANTARA DE OLIVEIRA
048.573.643-87	SIMONE GASPARG VILLAR FEITOSA
209.040.294-68	ZENALDO PORFIRIO DA SILVA

2. O restabelecimento do pagamento do provento e/ou do benefício de pensão fica condicionado ao:

I - comparecimento a qualquer agência bancária do banco no qual receba seus proventos.

II - aplicativo de celular SOUGOV.BR.

III - comparecimento à UFAL/DAP, na sala 01 - CCAD/DAP/UFAL situada no 1º andar do CIC.

3. Na hipótese de moléstia grave ou de impossibilidade de locomoção do aposentado e/ou pensionista, deverá ser solicitada à UFAL a permissão para apresentar Declaração de Vida ou Escritura Pública Declaratória de Vida, mediante a vinda de tutor/curador/procurador devidamente identificado (portanto original e cópia do termo de sentença judicial ou procuração atualizada, emitida no prazo máximo de 6 meses), no Departamento de Administração de Pessoal da UFAL, preferencialmente no horário de 8h às 14h, ou mediante o e-mail: ccad@dap.ufal.br, ficando o pagamento restabelecido provisoriamente até que seja entregue a Declaração ou a Escritura, no prazo máximo de 60 dias.

ADALBERON SANTA CRUZ BARROS

